



# A implementação da política de cotas na Unicamp: o papel da Frente Pró Cotas

**Palavras-Chave:** movimentos sociais, políticas públicas, cotas raciais

**Autores/as:**

**Ingryd Lo Tierzo Silva [UNICAMP]**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Pires de Arruda Leite (orientador/a) [UNICAMP]**

---

## INTRODUÇÃO:

A desigualdade entre brancos e negros no Brasil é uma decorrência da escravidão, e ainda está longe de ser solucionada. A grande desigualdade é decorrente do racismo institucional, perpetuada pelas políticas institucionais em sua formulação e implementação, colaborando com a construção de barreiras que reforçam e perpetuam a condição de marginalidade social da população negra, como uma marca da sociedade pós-escravista (Arivaldo S. Souza 2011). Outra maneira fundamental de minimizar a luta por direitos pela população negra, foi a disseminação da democracia racial, que era a ideia de que “*falar sobre o racismo, incita o racismo*” (MEDEIROS, 2016) justificando que o atraso da população negra era advinda unicamente da escravidão, e não do racismo fortemente presente na sociedade. Este mito, de acordo com Silvério (2002) perde força a partir de estudos como o de Hasenbalg (1974) em sua obra *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Tal trabalho demonstra a grande evasão escolar que a população negra sofria já naquele período, em decorrência das diversas formas de racismo existentes, o que resultou no problema da desigualdade educacional entre brancos e não brancos, que perdura até os dias de hoje. Segundo Comparato (1998), a desigualdade educacional, como desdobramento do racismo institucional, apenas poderá ser superada, a partir da “*organização do esquema institucional de docência*” (COMPARATO, 1998, p. 56)

Foi apenas na segunda metade da década de 1990 que, de acordo com Lima (2010) medidas e ações que promoviam a igualdade racial, passaram a ser fortemente reivindicadas pelo movimento negro, direcionando suas demandas ao Estado. O primeiro marco foi a Marcha Zumbi de Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em 1995, ano de comemoração do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares (LIMA, 2010).

Em 2001, foi realizada em Durban, na África do Sul, a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”, que, segundo Lima (2010), representou “o ponto de inflexão da temática racial na agenda governamental”.

Tal inflexão na agenda governamental, no caso brasileiro, se expressou no reconhecimento da predominância do racismo nas relações sociais e na constatação de que a democracia racial se trata de um mito. No período após esta Conferência, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, passou a incentivar, mesmo que de modo ambivalente, políticas com a temática racial. (Maio e Santos, 2005).

No entanto, foi apenas em 2003 que a política de cotas raciais foi pela primeira vez implantada no Brasil, como uma ação prática que reconhece a necessidade da integração social da população negra na sociedade brasileira a partir da educação. De acordo com Souza (2011), antes da Conferência, o país nunca havia pensado em políticas para a inserção da população negra nas universidades públicas.

Surge assim a necessidade da implementação de uma política de cotas como forma de realizar um enfrentamento direto da sociedade brasileira para a correção da exorbitante desigualdade racial presente. (LIMA, 2010). Ao analisar o percurso histórico de implementação dessa política no país, percebe-se que *“entre 2002 e 2012 cerca de setenta universidades públicas estaduais e federais brasileiras haviam adotado ações afirmativas com recorte social e racial.”* (INADA, 2018, p.45). Em relação ao nosso objeto de estudo, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), *“se manteve contrária às cotas, defendendo, durante treze anos, a eficiência do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social, o PAAIS, programa elegido pela universidade”* (INADA, 2018. p.47). Frente a essa escolha política da hierarquia da Universidade, formou-se, na base estudantil, diversos movimentos que buscaram canais para tematizar e exigir a implementação de uma política de cotas raciais na Unicamp, como a Frente Pró-Cotas e o Núcleo de Consciência Negra, que surgiu em meados de 2009, mas, depois que a política de cotas foi implementada em 2019, passaram a funcionar de forma mais orgânica, não tendo mais atuações relevantes dentro do campus universitário.

Assim, a presente pesquisa busca contribuir para a compreensão acerca das relações entre a atuação dos movimentos sociais e a implementação de políticas públicas, a partir do debate sobre cotas raciais na Unicamp, com foco no papel cumprido por organizações oriundas da base estudantil nesse cenário.

## **OBJETIVOS**

O objetivo principal ou geral da pesquisa é estudar as relações entre a atuação dos movimentos sociais e a implementação de políticas públicas, a partir do debate sobre cotas raciais na Unicamp, com foco no papel cumprido pela Frente Pró-Cotas

## **RESULTADO DO ESTUDOS**

Após finalizar as entrevistas semi-estruturadas e conversar com pessoas de cursos diversos e que fizeram parte de diferentes momentos deste luta pelas cotas raciais, pude concluir que a Frente Pró-Cotas foi um movimento que nasceu em 2012, teve seu auge entre os anos de 2016 e 2017 e se dispersou no ano de 2018 após um longo período de luta.

O movimento emerge fundamentalmente na Moradia Estudantil, inicialmente com os estudantes do IFCH. Desde o início, a reivindicação da FPC foi completa: perpassa pela implementação de cotas raciais para o concurso de professores, na pós-graduação e na graduação, mas também pautava políticas para além do ingresso, como a reforma da moradia, a diminuição de bolsas de trabalho e o alargamento de bolsas estudantis, pautando também a permanência. Por questões estratégicas os alunos iniciaram a mobilização a partir do setor institucional menos burocrático, os programas de pós-graduação.

No final do ano de 2015, a Frente Pró-Cotas alcançou sua primeira conquista: a implementação de cotas raciais nos programas de pós-graduação do IFCH. Ganhando força a partir disso, o ano de 2016 emerge com muitas contradições na Unicamp: embora a recente vitória na pós-graduação, a conjuntura política ia para o lado oposto: ataques ao governo e contra a democracia ganharam força neste momento, assim como o anúncio de corte de 4,2 bilhões do orçamento das universidades públicas paulistas. Nesse momento o movimento estudantil passa a se mobilizar contra os cortes, e a Frente Pró-Cotas em conjunto com o Núcleo de Consciência Negra enxerga uma oportunidade de pautas para a implementação de cotas raciais nas assembleias que emergiram por todos os institutos.

Em maio de 2016, ocorre o primeiro momento emblemático da greve, a ocupação da reitoria com o rito: COTAS SIM, CORTES NÃO! A ocupação da reitoria foi uma decisão tomada de forma democrática em uma assembleia geral dos estudantes, a partir da omissão da instituição em pautar cotas, uma vez que já havia sido comprovada a ineficiência dos programas PAAIS e PROFIS através de dados estatísticos.

Durante toda a greve a FPC em conjunto com o Núcleo de Consciência Negra se articulou de forma estratégica para pautar a implementação da política de cotas raciais. Ação realizada através da astúcia de seus integrantes, mas também devido à perseverança dos estudantes aos grandes ataques institucionais que tentavam constantemente desmobilizar esse movimento.

De acordo com todos os entrevistados, o ponto chave da greve foi a negociação de 3 audiências públicas que resultaram em 3 grandes eventos institucionalizados, mas atípicos porque contou com a presença da comunidade acadêmica, movimentos negros de todo o estado de São Paulo e figuras chaves para a discussão de cotas raciais, tais como Silvio de Almeida e Valter Silvério. As três audiências foram relatadas e documentadas, uma sendo complementar à outra, sendo a terceira a mais relevante pois possui sobretudo um caráter instrutório e de debate com professores que tinham poder de voto no Conselho Universitário (CONSU), mas infelizmente, poucos se fizeram presentes e se mostraram interessados em debater sobre o assunto. Contudo, considerando o fato de que todas as audiências públicas foram documentadas, a comprovação de que este debate foi feito à longo prazo na universidade.

O encaminhamento retirado das audiências foi o GT de ingresso, que contou com 4 propostas, uma elaborada pela Frente Pró-Cotas e Núcleo de Consciência Negra, uma proposta da COMVEST, uma contraproposta da Frente Pró-Cotas e Núcleo de Consciência Negra e uma última proposta elaborada repentinamente pela instituição, que prevaleceu.

A primeira, mais completa elaborada pelos movimentos, trazia de forma resumida, a porcentagem de 37% como piso. Ou seja, a lista de classificação seria apenas uma só e, através do critério de nota seria convocado os 53% e em sequência convocando os 37% com a vaga reservada a partir do critério étnico-racial. Com esse método, convocando 53% da lista geral, pode haver pessoas do critério preto e pardo também, para além dos 37%, sendo esta a porcentagem mínima.

A segunda proposta da COMVEST consistia na adoção gradual das cotas raciais, com percentuais gerais (para todos os cursos) crescentes até se atingir a meta de 37%; Primeiramente seriam preenchidas as vagas das Cotas, seguindo a ordem decrescente de notas da classificação geral; efetivamente operaria enquanto um TETO para entrada de estudantes negros, uma vez que estudantes que ocupariam vagas de ampla concorrência pelo ranking de notas são transferidos para as vagas reservadas.

A proposta 3 foi uma proposta de consenso, que já incorpora o acesso via SISU para 20% das vagas de cada curso e que tem mecanismo híbrido, conforme a seguir: percentual: 25% de cotas raciais em 2019, sendo 10% no SISU (5% PP-EP e 5% PP) e 15% no Vestibular Unicamp; dos 15% de cotas no Vestibular da Unicamp, metade seria preenchida por candidatos PP classificados entre as vagas de Ampla Concorrência e a outra

metade preenchida por candidatos PP não classificados entre as vagas de Ampla Concorrência. Seria um mecanismo misto, que possibilitaria que a política operasse enquanto um PISO, ainda que menos inclusivo que a proposta 2.

A proposta 4 foi apresentada pelo Prof. Renato Pedrosa no dia da última reunião do GT. Sua sugestão ocorreu por, na sua visão, a proposta 3 ser muito difícil de ser explicada para a comunidade acadêmica. É um resgate repaginado da Proposta 1, diferenciando-se, apenas, em relação ao percentual a ser atingido já no primeiro ano da política: Percentual: 25% de cotas raciais em 2019, sendo 10% no SISU (5% PP+EP e 5% PP); 15% no Vestibular Unicamp (podendo chegar a 27% se houver candidatos acima da nota mínima); Estabelecida uma nota mínima, são preenchidas as vagas das cotas (15%) seguindo a ordem decrescente de notas; Caso ainda haja candidatos PP acima da nota mínima, serão convocados sucessivamente até que se atinja 27% (que somados aos 10% no SISU, atingem 37%); Caso não haja 15% de candidatos PP acima da nota mínima, serão convocados candidatos que estão ranqueados abaixo desta nota, até completar os 15%.

A que prevaleceu foi a quarta e última proposta que teve como discrepante em comparação com a primeira, a lógica complexa de ingresso de candidatos PP, que no total resultava a porcentagem de 37% como teto de longo prazo a ser atingido. Infelizmente este documento não foi de concordância entre os militantes, alguns dos entrevistados enxergam esse ato como um golpe dentro do próprio GT a grande complexidade e condições adversas de ingresso que visava como critério principal a separação de listas entre os candidatos PP que optaram pela reserva de vagas, e os candidatos da ampla concorrência.

## **CONCLUSÕES:**

Como conclusão final desta pesquisa, a Frente Pró-Cotas em consonância com o Núcleo de Consciência Negra realizaram um movimento que foi um marco histórico para a universidade, mesmo havendo uma grande resistência da instituição. De forma cirúrgica e com capilaridade, ambos coletivos conseguiram entrar em contato e ter consonância com todos os institutos da Unicamp, sendo a Frente Pró-Cotas principal coletivo que conseguiu abrir um diálogo com as pessoas brancas, que têm papel chave na luta contra o racismo, uma vez que essa opressão foi historicamente disseminada no Brasil por essa população. O movimento de implementação de cotas raciais teve como protagonistas (presentes na linha de frente do embate) majoritariamente alunos e alunas negros e negra. O local de construção dessa militância foi a Moradia Estudantil, no ano de 2014 com a proposta inicial de cotas nas pós do IFCH, em que o auge do movimento Frente Pró-Cotas foi entre os anos de 2015 (aprovação de cotas na pós do IFCH) à 2017. O ano de 2016 foi marcado por fortes punições arbitrarias a estudantes da graduação e pós, que por sua vez, resistiram e lutaram pela política completa de cotas raciais (da implementação a permanência) até o momento do golpe do GT de ingresso - assim nomeado por alguns dos entrevistados - e submissão da proposta. Por fim, o movimento de cotas raciais na graduação foi acatado após muita luta, contudo, foi notório como a proposta da instituição prevaleceu diante da proposta dos militantes. Assim que a instituição se apropria da proposta, ela passa a acontecer de forma essencialmente prematura e mal estruturada. Uma estratégia marcante adotada pela reitoria foi o sucateamento da criação da Secretaria Assessora de Direitos Étnicos Raciais, que foi instituída como Comissão vinculada à Secretaria de Direitos Humanos. Este fato torna o órgão que foi originalmente pensado para ter autonomia, sobretudo financeira para desenvolver ações institucionais para alargar o debate racial na universidade e políticas de permanência, num órgão com capacidade de articulação política muito limitada, diminuindo a autonomia dos professores e alunos bolsistas em atuar. Embora tenhamos sido vitoriosos em garantir a reserva de 37% de vagas, ainda há um longo caminho a percorrer em busca de uma universidade antirracista.

## BIBLIOGRAFIA

BURAWOY, Michel. **Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica**. São Paulo: Alameda, 2014. 348 p. Tradução: Marcelo Cizaurre Guirau; Fernando Rogerio Jardim.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, [s.l.], n. 117, p. 219-246, nov. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742002000300012>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000300012&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300012&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 04 abr. 2020.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo lula**. Ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos - Cebrap**, [s.l.], n. 87, p. 77-95, jul. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002010000200005>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000200005&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 20 fev. 2020.

CARVALHO, José Jorge de. **As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras**. 2004. 26 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Cap. 358. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie358empdf.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: Ceao, 2013. 280 p.

INADA, Angélica Kimie. **QUANDO A UNICAMP FALOU SOBRE COTAS TRAJETÓRIA DE MILITÂNCIA DO NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA E FRENTE PRÓ-COTAS DA UNICAMP**. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: [/repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333078](http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333078). Acesso em: 10 abr. 2020.

PIRES, Mara Fernanda Chiari. **Docentes negros na universidade pública brasileira: docência e pesquisa como resistência e luta**. 2014. 200 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253910>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SOUZA, Leticia P.; PORTES, Écio A. **As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais**. RBEP, Brasília, v.92, p. 516-541, set./dez. 2011.

SOUZA, Arivaldo Santos de. **RACISMO INSTITUCIONAL: PARA COMPREENDER O CONCEITO**. Abpn, Goiás, v. 1, n. 3, p. 77-87, nov. 2010.

CARLOS A. HASENBALG (São Paulo). Fundação Carlos Chagas (ed.). **Raça e oportunidades educacionais no Brasil**. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 1, n. 73, p. 5-12, maio 1990. Trimestral. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1092/1097>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ROCHA, Simone. **A educação como projeto de melhoramento racial: uma análise do art. 138 da constituição de 1934**. REVEDUC. São Carlos. v.12, 61-73, jan./abr. 2018

Da Costa Silva, R., **A constituição de 1988 e a discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho no Brasil**, 23 International Law, Revista Colombiana de Derecho Internacional, Pág: 235-266 (2013).